

## DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Quanto ao direito fundamental de acesso à jurisdição, é correto afirmar que:
  - (A) a sentença arbitral constitui título executivo extrajudicial e admite impugnação por embargos do devedor sob quaisquer fundamentos
  - (B) viola a garantia constitucional a cobrança de taxa judiciária calculada, sem limite, sobre o valor da causa
  - (C) a Justiça desportiva disciplinar integra o Poder Judiciário e, assim, seus atos são imunes à apreciação da Justiça comum
  - (D) o princípio da demanda constitui postulado essencial, não cabendo a concessão de *habeas corpus* sem específico requerimento do paciente
  - (E) cabe ao requerente da gratuidade dos serviços judiciários comprovar, de plano, a sua hipossuficiência econômica mediante exhibições de cópia da declaração do imposto de renda
  
2. Na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 5, decisão cautelar do Pleno do Supremo Tribunal Federal, por maioria, referente aos arts. 1º, 3º e 5º da Lei Federal nº 9534/97, estabelecendo que são gratuitos os assentos de nascimento e óbito, bem como a primeira certidão respectivas:
  - (A) consubstanciou função legislativa atípica, dependendo de homologação pelo Senado Federal, em face do disposto no artigo, 52, X, da Constituição
  - (B) contraria o direito adquirido daquele que já exercia a função de registrador na data da decisão
  - (C) tem eficácia *erga omnes* a contar de específico Provimento da Corregedoria Geral da Justiça
  - (D) autoriza reclamação do usuário do serviço público específico diretamente ao Supremo Tribunal Federal contra o registrador que a descumprir
  - (E) somente se aplica para as partes formais constantes do respectivo processo da ação declaratória de constitucionalidade

3. No que se refere às normas constitucionais, é incorreto afirmar que:
- (A) o celetista tem direito a receber o salário mínimo da respectiva categoria profissional ainda que sua remuneração seja variável de acordo com a função exercida
  - (B) o celetista tem direito à participação nos lucros ou resultados da serventia registral ou notarial, desvinculada da remuneração
  - (C) o 13º salário somente incide sobre a remuneração permanente
  - (D) menores de dezesseis anos são proibidos de trabalhar, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos
  - (E) ainda que emancipado pelo casamento, o menor de dezesseis anos é proibido de trabalhar, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos
4. Pode-se afirmar que a medida provisória:
- (A) não pode ser editada por Chefe do Poder Executivo no estadual ou municipal
  - (B) constitui antecipação de tutela legislativa e deflagra o processo legislativo
  - (C) é convertida através de lei que necessita sempre de sanção
  - (D) pode incidir sobre matéria de iniciativa legislativa dos tribunais
  - (E) não pode incidir sobre matéria penal, processual penal, civil e processual civil
5. Cabe ação direta de inconstitucionalidade, a ser proposta pela ANOREG – BR junto ao Supremo Tribunal Federal, impugnando:
- (A) provimento do Corregedor Geral da Justiça regulando o horário de inumação e de exumação
  - (B) lei municipal de efeitos concretos
  - (C) lei do Distrito Federal derivada de sua competência legislativa estadual
  - (D) ato normativo municipal que reproduz norma da Constituição do Estado
  - (E) medida provisória baixada por Prefeito

6. É correto afirmar quanto ao mandado de segurança que:
- (A) foi recebido pela atual Constituição o prazo decadencial para a sua impetração
  - (B) deve ser denegado, com a extinção sem cognição do mérito, se a liminar não for executada pelo impetrante no prazo de 30 dias a contar do seu deferimento
  - (C) a autoridade impetrada, em nome próprio, tem legitimidade para recorrer da decisão que defere a liminar
  - (D) o direito líquido e certo deve ser demonstrado de plano na petição inicial, inadmitindo-se a requisição dos autos administrativos no despacho liminar positivo
  - (E) não deve ser extinto se o impetrante deixa de promover, no prazo assinado, a citação do litisconsorte passivo necessário, porque ninguém pode ser obrigado a litigar
7. A Constituição Federal dispõe que serão brasileiros natos os filhos de pai brasileiro ou de mãe brasileira nascidos no exterior, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira. A sentença declaratória de opção de nacionalidade proferida pelo juiz federal deverá ser registrada no livro:
- (A) "E" do Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Pessoas Naturais do domicílio do optante
  - (B) "E" do Cartório do 1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos do domicílio do optante
  - (C) "E" do Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Pessoas Jurídicas do domicílio do optante
  - (D) "A" do Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Pessoas Naturais do domicílio do optante
  - (E) "C" do Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Pessoas Naturais do domicílio do optante
8. O Advogado Geral da União funciona como defensor da constitucionalidade do ato impugnado em:
- (A) ação declaratória de constitucionalidade, quando houver prévia manifestação pela maioria absoluta do Plenário no sentido da inconstitucionalidade
  - (B) ação direta de inconstitucionalidade que não impugne ato normativo federal ou estadual
  - (C) reconhecimento incidental da inconstitucionalidade
  - (D) ação declaratória de constitucionalidade
  - (E) ação direta de inconstitucionalidade que não seja por omissão

9. São características da Constituição do Império, dada por D. Pedro I, em 1824:
- (A) outorgada, costumeira, divisão dos Poderes em 4 ramos, dualidade da jurisdição
  - (B) outorgada, semi-rígida divisão dos Poderes em 4 ramos, controle de constitucionalidade das leis pela própria Assembléia Geral
  - (C) promulgada, poderes políticos independentes, controle de constitucionalidade das leis pelo Poder Moderador
  - (D) outorgada, o poder Moderador é a chave da abóbada do sistema político, respondendo o Imperador somente perante a Assembléia Geral, em sessão conjunta das duas Casas
  - (E) outorgada, os poderes políticos divididos em 3 ramos como sugerido por Charles de Secondert, o Barão de Monterguien, podendo a lei ordinária alterar qualquer dispositivo da Constituição que não se referisse à declaração dos direitos, à organização dos poderes e ao regime federativo
10. Como previsto no art. 6º, §1º, da Lei federal nº 9882/99, que dispõe sobre o processo e o julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, poderá o relator, se necessário para a instrução do feito:
- (A) ouvir em audiência pública pessoas com experiência e autoridade na matéria
  - (B) ouvir em audiência pessoas que possam esclarecer quanto aos aspectos de incidência das normas impugnadas, desde que os declarantes não sejam contraditados pelas partes
  - (C) designar perito ou comissão de peritos para emitirem parecer sob os temas controvertidos, atendidas as regras do código de Processo Civil quanto à prova pericial, inclusive pagamento de honorários pela parte a quem favorece a diligência
  - (D) delegar a realização da instrução a Tribunal inferior, inclusive com a delegação do poder de decidir as decorrentes questões interlocutórias
  - (E) somente pode levar à Turma julgadora a indicação da diligência , que deve ser aprovada pela maioria absoluta

## DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Em se tratando de concurso público para provimento de cargo ou emprego público, é correto afirmar que:
- (A) pode o candidato ser vetado pela comissão de inscrição à vista de laudo técnico cujo conteúdo fica imune ao conhecimento do inscrito
  - (B) somente a lei pode exigir o exame psicotécnico como requisito de habilitação
  - (C) o limite de idade para a inscrição só se legitima se houver relevante interesse público declarado no edital do certame
  - (D) o exame psicotécnico, como requisito de habilitação, constitui providência de resultado sigiloso na preservação do interesse público
  - (E) a ordem final de classificação pode ser alterada em favor de candidata grávida
12. Nos termos do disposto nos arts. 31 e 32 da Lei federal nº 8935/94, pelas infrações que praticarem, assegurado o amplo direito de defesa, os notários e registradores estão sujeitos às penas de repreensão, multa, suspensão e perda da delegação. Quanto à suspensão como medida preventiva, sua aplicação:
- (A) depende de instauração de processo disciplinar com prévia audiência de curador ou defensor dativo, caso a citação do delegatário coloque em risco a apuração da verdade real
  - (B) somente pode ocorrer em caso de reincidência nas penas de repreensão e multa
  - (C) conduz à retenção pelo substituto ou interventor da metade da renda líquida da serventia destinada ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça
  - (D) exige motivação suficiente da decisão que decretar a suspensão preventiva, com clara referência aos fatos que recomendem o afastamento
  - (E) somente se torna eficaz após a confirmação da decisão pelo Conselho da Magistratura
13. São atributos do ato administrativo, entre outros:
- (A) finalidade pública, forma prescrita pela doutrina e conformidade com a jurisprudência
  - (B) auto-executoriedade, imperatividade e presunção de legitimidade
  - (C) agente capaz, objeto lícito e intuito negocial
  - (D) discricionariedade, vinculação e imprescritibilidade

**(E)** imprescritibilidade, formalidade e controle difuso

**14.** O disposto no art. 3º, I da lei nº 10741/03, sobre o Estatuto do Idoso, de que a garantia de prioridade compreende o atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviço à população significa:

- (A)** a exigência de fila específica para atendimento aos maiores de 70 anos de idade nas serventias registras das pessoas naturais
- (B)** a preferência no atendimento aos advogados que contem com idade igual ou superior a 60 anos
- (C)** a isenção de emolumentos às pessoas de mais de 70 anos de idade que se utilizam dos serviços registras e notariais
- (D)** a presunção de capacidade relativa civil na lavratura de atos notariais em que se colha a manifestação da vontade de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos
- (E)** a atuação do prestador de serviço público compatível com a condição especial de pessoa com idade igual ou superior a 60 anos que necessite de amparo para suprir eventual ou permanente necessidade pessoal

**15.** Deferindo cautelar na ADIN–2891-0/RJ, posta pela ANOREG–BR em face de dispositivos da Lei fluminense nº 3893/02, decisão unânime do Supremo Tribunal Federal considerou plausível a arguição de incompatibilidade da mencionada Lei com as regras constitucionais sobre serventias registras e notariais e a aposentadoria dos servidores públicos pela Emenda Constitucional (EC) nº 20/98. Deste precedente decorre a seguinte orientação:

- (A)** a EC 20/98 incide em favor dos tabeliães e oficiais de registro aposentados antes da mencionada emenda, por constituir regra mais favorável a eles
- (B)** a EC 20/98 limitou a aposentadoria segundo o regime previdenciário dos servidores públicos aos titulares de cargos públicos efetivos, inclusive registradores e notários concursados
- (C)** registradores e notários se submetem ao regime previdenciário dos ocupantes de cargos públicos em comissão
- (D)** no Rio de Janeiro, registradores e notários são filiados ao RIO-PREVIDÊNCIA
- (E)** a contribuição de 20% incidente sobre os emolumentos custeia o regime previdenciário dos registradores e notários da mesma forma que a contribuição de 10% sobre as custas judiciais custeia a assistência médica dos advogados

**16.** Constitui dever do notário e do registrador atender com prioridade as requisições de papéis, documentos, informações ou providências solicitadas pelas autoridades administrativas para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em Juízo, nelas compreendidas:

- (A)** a Caixa Econômica Federal, em ação no Juizado Especial Federal
- (B)** o partido político, para instruir ação movida por antigo filiado pedindo devolução das quantias que foram descontadas dos seus vencimentos do cargo de assessor parlamentar
- (C)** a UERJ, na ação proposta por candidato em concurso de titular e provas para o cargo docente
- (D)** a Mitra Diocesana do Rio de Janeiro, em ação de reintegração de posse proposta por pároco destituído de suas funções
- (E)** a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, em ação de reparação de danos morais posta pelo titular de jazigo perpétuo que foi encontrado devassado

**17.** São princípios que informam a atividade administrativa pública, expressamente mencionadas na CF, entre outros:

- (A)** legalidade, publicidade, razoabilidade e irretroatividade
- (B)** continuidade, especialidade, hierarquia e personalidade
- (C)** moralidade, publicidade, eficiência e impessoalidade
- (D)** motivação, irrevogabilidade, eficiência e imprescritibilidade
- (E)** autotutela, legalidade, eficiência e imprescritibilidade

**18.** Ocupam cargos públicos vitalícios:

- (A)** os servidores federais concursados, os servidores estaduais estatutários e os servidores municipais que hajam concluído estágio confirmatório
- (B)** todo e qualquer servidor que houver se submetido a concurso de provas e títulos;
- (C)** apenas os servidores estatutários
- (D)** os desembargadores, os procuradores de Justiça e os procuradores do Estado

- (E)** os magistrados, os membros do Ministério Público e os conselheiros dos Tribunais de Contas

**19.** Decisão publicada no Diário da Justiça da União de 12 de novembro de 2001, do Ministro José Néri da Silveira, negou seguimento ao Recurso Extraordinário nº 229974, do Estado do Paraná, entendendo que o tabelião é agente público para fins do disposto no art. 37, §6º da Constituição. De tal precedente decorre a seguinte orientação:

- (A)** o caráter privado da execução da delegação do serviço público exige litisconsórcio entre o poder delegante e o titular da delegação na ação de responsabilidade civil posta pelo usuário do serviço
- (B)** a responsabilidade objetiva do Estado necessariamente impregna a responsabilidade individual do delegatário
- (C)** deve o usuário do serviço delegado provar cumpridamente a omissão ou culpa do Estado na fiscalização do serviço delegado registral ou notarial
- (D)** a teoria da responsabilidade objetiva da Administração Pública exige do lesado somente a demonstração do fato lesivo, do dano e respectivo nexa causal
- (E)** a eventual condenação do delegatário em ação de responsabilidade civil será executada através de precatório

**20.** Consideram-se serviços públicos delegáveis:

- (A)** aqueles relacionados às atividades jurisdicionais
- (B)** os que o Estado executa para manutenção da ordem pública
- (C)** aqueles que, por sua natureza ou porque assim dispõe a lei, possam ser executados pelo Estado ou por particulares
- (D)** aqueles relativos à fiscalização de atividades e serviços sociais
- (E)** nenhuma das respostas anteriores

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

**21.** O valor do imóvel utilizado como base de cálculo para o imposto de transmissão intervivos de bens móveis – ITBI:

- (A)** é o mesmo valor venal para fins do IPTU
- (B)** pode ser previsto em alíquotas progressivas, de acordo com a situação do imóvel



- (C) é o declarado pelo contribuinte, mediante homologação do notário que lavrar o ato traslativo
- (D) inadmite a progressividade como fator de incidência
- (E) compreende as despesas de lavratura da escritura

22. A Emenda Constitucional nº 39/02 acresceu à Constituição o art. 149–A, permitindo aos Municípios e ao Distrito Federal a instituição de contribuição parafiscal para o custeio do serviço de iluminação pública, facultada a cobrança na fatura de consumo de energia elétrica. Tal espécie tributária:

- (A) admite a cobrança antes de decorridos noventa dias da data da publicação da lei que instituiu ou majorou
- (B) permite a cobrança em relação a fatos geradores anteriores à sua instituição porque não mais se equipara à antiga taxa de iluminação pública
- (C) não pode ser cobrada no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei que a instituiu ou majorou
- (D) constitui exceção ao princípio da legalidade tributária, podendo ter o fato gerador e a base de cálculo previsto em decreto regulamentar
- (E) mostra-se inconstitucional porque fere a cláusula pétrea que garante a imutabilidade do direito individual de não ser tributado em face da inespecificidade e indivisibilidade do tributo

23. Pode-se afirmar que o recurso extraordinário:

- (A) não cabe contra sentença de Juiz fazendário nas causas de Alçada
- (B) cabe contradecisão da Turma Recursal de Juizado Especial Cível e Criminal
- (C) cabe Contra-acórdão que defere pedido de intervenção estadual por negativa de repasse de verba do Fundo de Participação dos Municípios
- (D) admite medida cautelar junto ao Supremo Tribunal Federal do juízo de admissibilidade pelo Presidente do Tribunal de origem
- (E) cabe Contradecisão do Conselho de contribuintes que desatenda a garantia de ampla defesa

24. No julgamento da Medida Cautelar na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 4, sobre a Lei federal nº 9494/97, que disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, estabeleceu o Supremo Tribunal Federal que:

- (A) somente é admissível a cautelar em face do Poder Público se não houver lesão ao Erário
- (B) o acautelar é inerente ao julgar

- (C) admite-se cautelar mesmo sem o requisito de urgência, desde que a Fazenda seja ouvida previamente
- (D) cabe a antecipação da tutela definitiva ainda que se perceba que, muito provavelmente, o autor não terá sucesso na demanda em que pede a inexigibilidade de crédito fiscal
- (E) somente em demandas em face de pessoas privadas pode-se admitir provimentos cautelares irreversíveis

25. Na interpretação conforme a Constituição, referida na Lei nº 9868/99:

- (A) o Supremo Tribunal Federal não pode conceder efeitos retroativos ao reconhecimento da inconstitucionalidade em face do princípio da anterioridade dos tributos
- (B) entre os diversos significados que se possa extrair do texto legal, pode o Supremo Tribunal Federal indicar os que são compatíveis com a Constituição
- (C) somente o Senado Federal pode suspender os efeitos de ato normativo fazendário, até mesmo municipal, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal
- (D) o Presidente da República pode vetar o projeto de Lei que considere inconstitucional
- (E) o Supremo Tribunal Federal, por maioria qualificada, pode condicionar a sua declaração de inconstitucionalidade à repristinação pelo Congresso Nacional da lei revogadora em matéria tributária

26. Nos termos da Lei Complementar nº116/03, o imposto sobre serviços de qualquer natureza:

- (A) admite que lei municipal altere a denominação do serviço prestado para configurar os serviços constantes da lista anexa à mencionada lei complementar
- (B) não incide sobre o serviço cuja prestação se iniciou em outro país
- (C) incide sobre a prestação de serviço dos trabalhadores avulsos
- (D) tem como contribuinte de direito o usuário do serviço
- (E) incide sobre os serviços de inseminação artificial e de fertilizações *in vitro*

27. O direito da Fazenda Pública de constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos contados:

- (A) da data do lançamento
- (B) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado

- (C) da data da ciência do contribuinte primário
- (D) da data do autolanzamento tempestivo
- (E) da data da denúncia voluntária

28. Sub-rogam-se, na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, os créditos tributários relativos a:

- (A) IPTU
- (B) IRPF
- (C) COFINS
- (D) IPVA
- (E) CPMF

29. Diligência do Tribunal de Contas da União verificou que registrador da Capital do Rio de Janeiro deixou de recolher devidamente a contribuição instituída por lei estadual e destinada ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça (FETJ). Neste caso, o Tribunal de Contas:

- (A) determinará a expedição de certidão da dívida ativa para fins de execução fiscal, aplicando pena de censura ao registrador
- (B) comunicará o fato ao Ministério Público, por se tratar, em tese, de crime de apropriação indébita
- (C) comunicará o fato à Corregedoria Geral da Justiça ou à Gerência do FETJ para as providências devidas
- (D) ordenará a imediata instauração de correção extraordinária na serventia
- (E) ampliará a diligência para fins fiscais em face da alta probabilidade de sonegação do imposto sobre serviços de qualquer natureza

30. No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2653-4, de Mato Grosso, em 8 de outubro de 2003, o Supremo Tribunal Federal assentou, por unanimidade, que as custas judiciais e os emolumentos das serventias registras e notarias constituem a espécie tributária de taxa. A partir de tal premissa:

- (A) como a taxa tem por fato gerador serviço público específico e divisível ou o poder de polícia, e o imposto tem por fato gerador determinada atividade privada, somente este pode incidir sobre a renda decorrente dos emolumentos das atividades registras e notarias, que são exercício privado de atividade pública delegada
- (B) a contribuição anexa à cobrança de emolumentos sobre as atividades registras e notarias caracteriza-se como contribuição de melhoria, destinada que é ao aperfeiçoamento do serviço judiciário

- (C) em se tratando de execução privada de serviço público, sobre a atividade registral e notarial incide o imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência municipal
- (D) a contribuição destinada ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça incidente no percentual de 20% sobre os emolumentos constitui contribuição parafiscal em face de sua destinação ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça e não ao Erário estadual
- (E) a lei pode estabelecer a cobrança de emolumentos cuja base de cálculo seja progressiva sobre o valor do bem declarado no ato notarial

## **DIREITO CIVIL**

**31.** Tendo os nubentes domicílios diversos, rege os casos de invalidade do matrimônio a lei:

- (A) do primeiro domicílio conjugal
- (B) do domicílio do varão
- (C) do domicílio da mulher
- (D) brasileira
- (E) nenhuma das respostas acima

**32.** Considerando-se os bens públicos, é (são) correta(s) a(s) seguinte(s) afirmativa(s):

- I. São bens públicos dominicais os edifícios ou terrenos destinados a serviços ou estabelecimentos da administração federal, estadual ou municipal, inclusive suas autarquias.
- II. São bens públicos de uso especial os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades.
- III. Os bens públicos de uso comum do povo são alienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- IV. Os bens públicos dominicais não podem ser alienados, a não ser que lei especial o permita.
- V. Os bens públicos de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

- (A) I, II e III
- (B) III, IV e V
- (C) I, III e V

- (D) somente I
- (E) somente V

33. O ato é tornado meramente anulável e não nulo quando:

- (A) for celebrado por pessoa absolutamente incapaz
- (B) for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto
- (C) for praticado por alguém premido da necessidade de salvar-se de grave dano conhecido pela outra parte, assumindo obrigação excessivamente onerosa
- (D) tiver por objetivo fraudar lei imperativa
- (E) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito

34. Pode-se afirmar quanto ao possuidor de má-fé que:

- (A) não tem direito à indenização independentemente do tipo de benfeitoria que tenha realizado no imóvel
- (B) tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, mas só tem direito de retenção quanto às primeiras
- (C) tem direito à indenização apenas das necessárias, sem direito à retenção
- (D) tem direito à indenização das necessárias e das úteis, com direito de retenção por ambas
- (E) tem direito à indenização das necessárias, com direito de retenção

35. A respeito da doação, é **incorreto** afirmar que:

- (A) a dos pais aos filhos importa adiantamento da legítima

- (B)** poderá conter cláusula de retorno do bem ao doador, se sobreviver ao donatário
- (C)** deverá ser feita por escrito, mesmo que se trate de bem móvel de pequeno valor
- (D)** é anulável a do cônjuge adúltero ao seu cúmplice
- (E)** nela, o doador pode fixar prazo para que o donatário declare se a aceita ou não

**36.** As sociedades de advogados adquirem personalidade jurídica com o registro dos atos constitutivos:

- (A)** no Cartório de Títulos e Documentos
- (B)** na Junta Comercial
- (C)** no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede
- (D)** no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede e no Cartório de Títulos e Documentos
- (E)** no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede e na Junta Comercial

**37.** Laudelino, atraído por publicidade televisiva, veio a adquirir uma televisão, fazendo a proposta de compra por telefone, fornecendo seu número de cartão de crédito e outros dados exigidos. De tal negócio assim realizado pode-se dizer que a alternativa correta é:

- I. Será obrigatório se o vendedor fizer a confirmação expressa em seguida.
- II. Considera-se presente a pessoa que contrata por telefone.
- III. Apesar da larga utilização, tornando-se uma praxe comercial, a proposta e aceitação feita por telefone não integra o nosso ordenamento civil.
- IV. Não se considera presente a pessoa que contrata por telefone.
- V. É válida para os efeitos legais a proposta feita por telefone.

- (A)** I e II
- (B)** somente III

- (C)** III e IV
- (D)** IV e V
- (E)** I, II e V

**38.** Murilo Carvalho falece, sem descendente, ascendente ou cônjuge. Tem três irmãos: Tício, irmão unilateral, Caio e Cesar, bilaterais. O último é pré-morto. Todos os irmãos com dois filhos. Deixa os seguintes bens: um apartamento situado na cidade do Rio de Janeiro, um apartamento situado em Niterói, uma casa em Búzios e um automóvel.

Havia testamento, pelo qual instituiu seu sobrinho Ronaldo, filho de Tício, legatário do apartamento de Niterói.

A partilha será feita do seguinte modo:

- (A)** todos os bens serão repartidos entre Tício e Caio, com um terço para o primeiro e dois terços para o segundo
- (B)** Ronaldo ficará com o apartamento de Niterói e os demais bens serão repartidos igualmente entre Tício e Caio
- (C)** Ronaldo ficará com o apartamento de Niterói e os demais bens serão repartidos entre Tício, Caio e os filhos de Cesar, sendo vinte por cento para Tício, quarenta para Caio e quarenta para serem repartidos entre os demais
- (D)** todos os bens serão repartidos entre Tício, Caio e os filhos de César, em partes iguais
- (E)** todos os bens serão repartidos entre Tício e Caio, em partes iguais

**39.** A indústria Fogos Chaboo S/A lançou no mercado “morteiros”, nos quais são apostas etiquetas de que constam sua denominação e endereço, identificando-a como fabricante do produto, e instruções de uso. São alienadas e embaladas em caixa com cinco unidades, da qual também constam a identificação do fabricante e as instruções de uso, bem como normas para estocagem. Uma partida desses morteiros foi vendida à empresa Cardoso Fogos de Artífício Ltda. O produto foi transportado pela Irmãos Costa Ltda., em caminhão climatizado, tendo sido recebido pela empresa de comércio sem qualquer ressalva. Foi o produto estocado também em sala climatizada.

Posto à venda, um consumidor adquiriu uma caixa e, ao utilizar um dos “morteiros”, o mesmo explodiu em sua mão, ferindo-a. Ficou comprovado, no exame pericial, que isso ocorreu devido a defeito de fabricação. A responsabilidade pela reparação do dano causado ao consumidor é do:

- (A) fabricante
- (B) fabricante e do comerciante, em solidariedade
- (C) fabricante, do transportador e do comerciante, em solidariedade
- (D) comerciante
- (E) comerciante e do transportador, em solidariedade

40. Quanto aos contratos, é **incorreto** afirmar que:

- (A) as contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance
- (B) as cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor
- (C) as declarações de vontade constantes de escrito particular, recibos e pré-contratos relativos às relações de consumo não vinculam o fornecedor
- (D) o consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias, a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial
- (E) são nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41. É correto afirmar que são espécies de intervenção de terceiro:

- (A) embargos de terceiro, assistência e chamamento ao processo
- (B) nomeação à autoria, denunciação da lide e reconvenção
- (C) oposição, assistência e chamamento ao processo
- (D) nomeação à autoria, embargos de terceiro e chamamento ao processo
- (E) reconvenção, oposição e chamamento ao processo

42. Julgada improcedente a ação de busca e apreensão, constatado que o credor fiduciário já alienou o bem, deve o juiz, de acordo com o DL 911/69, art. 4º, §6º e §7º e com a redação da Lei nº 10.931/2004:



- (A) anular a alienação e determinar a devolução ao devedor fiduciante
- (B) impor multa ao credor fiduciário
- (C) condenar o credor fiduciário a compor perdas e danos
- (D) anular a alienação e determinar a devolução ao devedor fiduciante e condenar o credor a compor perdas e danos
- (E) nenhuma das respostas acima

**43.** Alegando já ter sido paga a dívida, o devedor promove ação contra o credor, pedindo a declaração da inexistência da obrigação. Julgado procedente o pedido e transitada em julgado a sentença, o credor ingressa, posteriormente, com ação de cobrança contra o fiador do contrato, pelo valor que entende ainda não quitado. O fiador contesta, alegando, exclusivamente, a existência da sentença precedente, mesmo proferida em processo do qual ele não foi parte. Neste caso o juiz:

- (A) deve acolher a defesa do fiador e extinguir o feito, sem julgamento do mérito, porquanto incide o óbice da coisa julgada mesmo que ele não tenha sido parte no processo anterior
- (B) deve rejeitar a defesa, por entender inexistir o óbice da coisa julgada, por não ter sido o fiador parte no primeiro processo, e extingue o feito, com sentença de procedência, pois nenhuma outra defesa alegara
- (C) profere sentença de improcedência, porquanto a sentença precedente o vincula, embora o fiador não tenha sido parte no processo primitivo
- (D) rejeita a alegação de coisa julgada e determina o prosseguimento do processo, com produção das provas cabíveis
- (E) nenhuma das respostas acima está correta

**44.** Será recebida no duplo efeito, devolutivo e suspensivo, a apelação interposta de sentença que:

- (A) condenar à prestação de alimentos
- (B) julgar a liquidação de sentença
- (C) decidir o processo cautelar
- (D) julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem
- (E) julgar procedente pedido de interdição

**45.** Os embargos de declaração são cabíveis, quando houver obscuridade, contradição ou omissão:

- (A) na sentença definitiva, suspendendo o prazo para interposição de outros recursos
- (B) na sentença ou no acórdão, suspendendo o prazo para interposição de outros recursos
- (C) na sentença ou no acórdão, suspendendo o prazo para interposição de outros recursos, somente pela parte sucumbente
- (D) no acórdão, suspendendo o prazo para interposição de outros recursos
- (E) em qualquer decisão, suspendendo o prazo para interposição de outros recursos

46. É correto afirmar que são cabíveis embargos infringentes quando acórdão não unânime:

- (A) julgar improcedente ação rescisória
- (B) reformar, em apelação, sentença proferida em mandado de segurança
- (C) mantiver sentença, em grau de apelação
- (D) julgar procedente ação rescisória
- (E) decidir agravo de instrumento

47. São dúplices as seguintes ações:

- (A) renovatória e de despejo
- (B) revisional de alugueres e de despejo
- (C) consignatória e de depósito
- (D) demarcatória e divisória
- (E) de busca e apreensão e monetária

48. A ação de *querella nulitatis* visa:

- (A) reivindicar a propriedade de bem imóvel
- (B) rescindir contrato, por vício de vontade
- (C) desconstituir a coisa julgada
- (D) anular fiança, por falta de outorga uxória
- (E) anular doação feita à concubina pelo homem adúltero

49. Maria, dizendo ter sido despedida sem justa causa, por ter resistido a assédio sexual perpetrado por diretor da empresa em que trabalhava, a Rio de Janeiro Ind. e Com. S/A, sociedade de economia mista federal, vinculada ao Ministério da Aeronáutica, contra ela propôs ação indenizatória, visando a sua condenação ao pagamento de indenização por danos materiais e morais. É competente para julgar essa ação a:

- (A) Justiça do Trabalho
- (B) Justiça comum estadual
- (C) Justiça Federal
- (D) Justiça Militar
- (E) Justiça Eleitoral

50. No que se refere à medida cautelar, é **incorreto** afirmar que:

- (A) é não coercitiva, não está submetida ao prazo do art. 806 do Cód. Processo Civil, não sendo exigível o ajuizamento da ação principal no prazo de trinta dias
- (B) foi concebida para antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido do processo principal
- (C) tem cessada sua eficácia se não for executada no prazo de 30 (trinta) dias
- (D) concedida, impõe ao requerente responder ao requerido pelo prejuízo que lhe causar sua execução, em ocorrendo alguma das hipóteses do art. 811 do CPC. Nesse caso, a indenização será liquidada nos próprios autos
- (E) pode ser instaurada antes ou no curso do processo principal

**51.** O princípio da lesividade em matéria penal consiste na incriminação de:

- (A) toda conduta criminosa considerada hedionda
- (B) condutas que o legislador entenda como indispensáveis à ordem pública
- (C) condutas de menos potencial de lesividade
- (D) condutas que não afetam bens jurídicos ou interesse fundamentais
- (E) condutas que acarretem perigo de dano ou de lesão a um determinado bem jurídico

**52.** Diz-se formal o crime quando:

- (A) o tipo objetivo descreve uma conduta e o respectivo resultado que deve ocorrer
- (B) o resultado é atribuído ao agente por inobservância do dever objetivo de cuidado
- (C) a consumação se dá antecipadamente
- (D) não é possível o fracionamento do processo executório
- (E) não admite tentativa

**53.** Erro de tipo é aquele que:

- (A) versa sobre elementos do modelo legal de conduta proibida e exclui o dolo
- (B) versa sobre a matéria da proibição
- (C) pertine à tipicidade subjetiva
- (D) diz respeito à ilicitude e exclui o dolo
- (E) altera a classificação da conduta típica

- 54.** O resultado do Direito Penal não pode ser considerado apenas, sob o ponto de vista natural, acarretador de uma modificação do mundo exterior provocada pelo agente, existindo, além desse resultado naturalístico, um outro tipo de resultado, que é denominado como resultado:
- (A)** objetivo
  - (B)** subjetivo
  - (C)** omissivo
  - (D)** jurídico ou normativo
  - (E)** negativo
- 55.** Elemento normativo do tipo é aquele:
- (A)** cujo significado pode ser apreendido pela simples observação, não demandando qualquer juízo de valor
  - (B)** complementado pela valoração estritamente jurídica do seu significado
  - (C)** que demanda, para sua interpretação, valoração jurídica ou extra-jurídica
  - (D)** que decorre de outra norma jurídica estranha ao diploma em que se acha inserido
  - (E)** que pertine à culpabilidade
- 56.** No crime previsto no art. 297 do Código Penal–falsidade de documento público, o tipo objetivo (a falsidade), diz respeito:
- (A)** à forma do documento
  - (B)** ao valor probante do documento
  - (C)** ao conteúdo desse documento
  - (D)** à possibilidade de utilização do documento
  - (E)** a certos elementos contidos no documento

- 57.** Na configuração do crime previsto no art. 300 do Código Penal, a fé pública aparece como um dos bens jurídicos protegidos pelo legislador, ao lado:
- (A)** da dignidade da justiça
  - (B)** do interesse do particular titular do documento
  - (C)** da autenticidade da firma ou letra do documento
  - (D)** da utilidade que possa ter o documento
  - (E)** da validade a ser conferida ao documento público ou particular
- 58.** O crime de extravio de livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento de que tenha o agente a guarda em razão da função, constitui a figura típica do seguinte crime:
- (A)** peculato
  - (B)** funcional contra a ordem pública
  - (C)** apropriação indébita
  - (D)** extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento
  - (E)** funcional contra a ordem tributária
- 59.** Nos crimes previstos na Lei nº 5172/96, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional, a responsabilidade por infrações é pessoal ao agente, entre outras hipóteses referidas no art. 137 daquele diploma quanto:
- (A)** a todas as infrações definidas como natureza pública
  - (B)** às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar do próprio tipo penal descrito
  - (C)** às infrações tributárias de natureza culposa
  - (D)** àquelas em que houver necessariamente participado a empresa
  - (E)** ao modo como certas infrações forem praticadas

60. O abuso do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante, por exemplo ajuste ou acordo de empresas, constitui modalidade de crime contra:
- (A) a ordem tributária
  - (B) a ordem financeira
  - (C) as relações de consumo
  - (D) a ordem econômica
  - (E) a ordem social

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

61. Arquivado o inquérito policial por despacho do Juiz competente, e a requerimento do Promotor de Justiça, o seu desarquivamento, para que possa ser oferecida denúncia, depende:
- (A) de requerimento da parte interessada no desarquivamento do inquérito
  - (B) da proximidade de prazo prescricional pela pena *in abstracto* relativa ao fato criminoso
  - (C) do surgimento de novas provas não existentes até então
  - (D) do pedido do ofendido para obter elementos visando à propositura de ação de reparação de dano no Juízo Cível
  - (E) de determinação do Procurador Geral de Justiça
62. Concluído o inquérito policial instaurado em crime de ação penal privada, com a prova da materialidade e indícios de autoria, resta ao ofendido ou seu representante legal:
- (A) requerer que o Ministério Público se manifeste, mesmo sendo o caso de exclusiva iniciativa privada, mas levando-se em conta a sua função de fiscal da lei
  - (B) oferecer a queixa-crime perante o juízo competente
  - (C) requerer a baixa dos autos para novas diligências tidas como necessárias à instrução da futura ação penal privada
  - (D) aguardar a decisão judicial sobre requerimentos formulados pelo próprio ofendido ou seu representante legal no inquérito policial
  - (E) requerer, com base no inquérito concluído, de imediato, ao juiz competente, o interrogatório do réu

63. O prazo decadencial existente no CPP, importa em afirmar-se que:

- (A) não deixa a lei o poder de iniciativas nas mãos da parte por prazo indeterminado
- (B) a parte tem o tempo que entender para promover as medidas judiciais cabíveis e que forem de sua iniciativa
- (C) esse prazo é fatal e, se esgotado, acarreta conseqüências para os interessados, mas pode ser prorrogado pelo juiz
- (D) se não observado pela parte, justifica a atuação do Ministério Público na qualidade de fiscal da lei
- (E) não acarreta influência para qualquer das partes – ofendido ou acusado, pois o que vale é o prazo prescricional do crime

64. A perempção em direito processual penal, quando configurada, acarreta:

- (A) arquivamento do inquérito policial
- (B) extinção da punibilidade do agente
- (C) intervenção do Ministério Público na hipótese
- (D) absolvição sumária do réu
- (E) perda do direito de agir por parte do autor no caso de ação penal privada

65. A figura do denominado “agente provocador”, atuando em situação que envolva a prisão em flagrante do agente, tem como conseqüência:

- (A) possibilidade da lavratura do auto de prisão em flagrante
- (B) tornar impossível a lavratura do auto de prisão em flagrante em virtude de o crime só ter ocorrido em face dessa atuação
- (C) possibilitar a lavratura do auto de prisão em flagrante, mas, em qualquer hipótese, o agente responderá solto independente de pagamento de fiança
- (D) possibilitar a lavratura do auto de prisão em flagrante apenas na presença do Juiz
- (E) acarretar para o “agente provocador”, mesmo não sendo ele agente da autoridade policial, a possibilidade de vir a responder por crime de abuso de autoridade, só se lavrando o auto de prisão em flagrante na modalidade de quase – flagrante



**66.** A instrução tem início a partir:

- (A) do oferecimento da denúncia ou da queixa
- (B) do recebimento da denúncia ou da queixa
- (C) da prisão do acusado
- (D) do interrogatório do réu
- (E) do encaminhamento do inquérito policial ao juízo competente

**67.** Em matéria de nulidade relativa no Direito Processual Penal, o reconhecimento de qualquer uma delas pelo Juiz do Tribunal depende:

- (A) de constatação pelo Juiz ou pelo Tribunal
- (B) do prejuízo que venha a acarretar à parte contrária
- (C) sempre do prejuízo que venha a acarretar ao autor da ação penal
- (D) do prejuízo causado a qualquer parte que tenha contribuído para o seu surgimento
- (E) do prejuízo que tenha causado à parte e que não tenha ela contribuído para a sua existência

**68.** Quando o reconhecimento do estado civil das pessoas influir em decisão sobre a existência ou não da infração penal, cabe ao Juiz criminal:

- (A) determinar o imediato prosseguimento da ação penal
- (B) antecipar o julgamento da ação penal proferindo, logo, decisão de mérito
- (C) anular o processo desde o início da ação penal
- (D) decretar a suspensão do processo
- (E) remeter os autos ao Tribunal competente

69. Para que seja o réu pronunciado pelo Juiz nos crimes da competência do Tribunal do Júri:
- (A) é necessária prova incontroversa da prática do crime
  - (B) basta a confissão judicial do réu
  - (C) basta a confissão do réu em sede de inquérito policial
  - (D) não é necessária prova incontroversa do crime por ser a pronúncia mero juízo de admissibilidade da acusação
  - (E) basta a prova da materialidade do fato
70. Nos chamados crimes funcionais deflagrados contra funcionários públicos, antes de ser formalmente recebida a denúncia pelo Juiz, deve ele, autuá-la e:
- (A) mandar citar o acusado
  - (B) proceder ao imediato interrogatório do acusado
  - (C) notificá-lo para responder por escrito no prazo da lei
  - (D) abrir para a defesa prévia
  - (E) ouvir das testemunhas da denúncia

#### DIREITO COMERCIAL

71. É correto afirmar que:
- (A) na falência, a simples comunicação do crédito tributário ao juízo falimentar não obriga o pagamento, mas nada impede seja feito o pagamento, se houver a concordância do síndico e do falido
  - (B) o crédito tributário depende sempre de habilitação
  - (C) o crédito tributário é isento de impugnação pelos interessados
  - (D) o crédito tributário está sujeito a *par conditio creditorum*
  - (E) não pode ser exigido da massa falida

**72.** As contribuições previdenciárias obrigatórias descontadas dos salários e retiradas pelo empregador falido, devem:

- (A)** ser efetivadas antes do pagamento de qualquer crédito
- (B)** ser pagas depois do pagamento dos créditos trabalhistas
- (C)** ser pagas depois do pagamento dos créditos quirografários
- (D)** ser pagas depois dos pagamentos dos créditos privilegiados
- (E)** nenhuma das resposta acima está correta

**73.** A concordata preventiva não resolve os contratos bilaterais, cabendo o pedido de restituição de bens em poder do concordatário:

- (A)** não cabe a restituição na concordata preventiva
- (B)** cabe quando o bem vendido a crédito já tenha sido alienado pelo concordatário nos quinze dias posteriores ao requerimento da concordata
- (C)** cabe no prazo de quinze dias posteriores ao despacho concedendo a concordata
- (D)** cabe quando o bem for vendido com pagamento a prazo e esteja em poder do requerente da concordata, feito o pedido no prazo de quinze dias
- (E)** nenhuma das resposta acima está correta

**74.** Na concordata suspensiva, ocorre:

- (A)** a vedação de ser o concordatário acionado para cumprimento de obrigação por ele assumida
- (B)** a continuação da massa na responsabilidade pelo pagamento dos créditos anteriores
- (C)** a devolução ao concordatário dos bens arrecadados
- (D)** a impossibilidade da reabertura da falência
- (E)** nenhuma das alternativas está correta

75. O comissário, como auxiliar do juiz, é um:

- (A) servidor público estatutário
- (B) fiscal dos procedimentos do concordatário
- (C) representante dos credores da concordata
- (D) representante dos devedores do concordatário
- (E) todas as alternativas estão corretas

76. A nota promissória emitida com omissões em branco:

- (A) não pode ser completada pelo credor
- (B) pode ser completada desde que o seja antes da cobrança ou do protesto
- (C) pode ser completada mesmo depois da cobrança ou do protesto
- (D) pode ser completada pelo credor, independentemente da observância dos ajustes anteriores
- (E) A nota promissória com omissões em branco é uma cessão civil

77. Após o endosso em branco, o título de crédito pode voltar a circular por meio de endosso em preto:

- (A) não pode mais circular
- (B) pode sem identificação do endossatário
- (C) pode com identificação do endossatário
- (D) pode, mas como se fosse uma cessão civil de crédito
- (E) pode, desde que autorizado pelo emitente/sacador

78. O endossatário que pagou a soma constante do título:

- (A) tem direito de regresso contra o devedor principal
- (B) não tem direito de regresso contra os endossadores e endossatários anteriores
- (C) não tem direito de regresso contra os avalistas dos endossatários
- (D) não tem direito de regresso contra os co-obrigados anteriores
- (E) tem direito de regresso contra o emitente da nota promissória

79. A sociedade limitada, além da Assembléia Geral, pode ter como um de seus órgãos deliberativos o Conselho Fiscal. Pode legalmente integrá-lo:

- (A) o administrador designado no contrato social
- (B) o membro do Conselho de Administração não designado no contrato social
- (C) o sócio condenado por crime falimentar com sentença passada em julgado há mais de dez anos
- (D) o administrador em exercício não-sócio
- (E) o representante dos sócios minoritários com mais de 1/5 do capital social

80. O deferimento do processamento de concordata:

- (A) impede o protesto
- (B) não impede o protesto
- (C) suspende o protesto
- (D) não suspende o protesto
- (E) faz cessar os efeitos do protesto

**REGISTROS PÚBLICOS E NORMAS ESPECIAIS**

**81.** O oficial do registro de imóveis opor dúvida ao cumprimento de uma sentença transitada em julgado:

- (A) não, não pode opor dúvida
- (B) pode, desde que a decisão judicial esteja manifestamente errada
- (C) pode, desde que a decisão judicial venha a causar prejuízo patrimonial ao titular do domínio regularmente registrado
- (D) pode, desde que a dúvida seja sobre matéria estranha à coisa julgada
- (E) nenhuma das opções é correta

**82.** A certidão de ato cartorário poderá ser lavrada:

- (A) em inteiro teor
- (B) em resumo
- (C) em relatório conforme quesitos
- (D) em papel que não permita a sua reprodução fotográfica
- (E) por indicação do titular

**83.** O reconhecimento autêntico de firma:

- (A) é vedado em documento sem data
- (B) é vedado em documento com espaços em branco
- (C) deve ter a presença do signatário
- (D) deve ser feito pelo confronto entre a assinatura e o padrão existente em cartório
- (E) deve ser feito pela semelhança constante da ficha existente no cartório

**84.** A chamada “dúvida às avessas ou inversa” deve ser:

- (A) levantada pelo representante do Ministério Público
- (B) oposta pelo escrevente (ou empregado) encarregado do registro no RGI
- (C) formulada pelo Oficial do Registro ao Juiz competente
- (D) feita por terceiro, como representação por irregularidade funcional
- (E) deduzida pela parte interessada no registro

**85.** A decisão do Juiz que decide a “dúvida”:

- (A) impondo o registro do título, transita em julgado
- (B) não impondo o registro, também transita em julgado
- (C) não transita em julgado
- (D) passa a integrar a folha funcional do Oficial ou responsável
- (E) depende de exame do Oficial para transitar em julgado

**86.** Ocorrendo o nascimento de criança que veio a morrer por ocasião do parto, deve o oficial:

- (A) fazer o óbito no Livro “C” Auxiliar
- (B) fazer o registro no Livro “A”
- (C) fazer os dois registros com remissões
- (D) aguardar decisão do Juiz competente
- (E) levantar dúvida ao Juiz competente

- 87.** Karl Bergen, norueguês, solteiro, resolve doar um dos seus imóveis situados no Brasil para uma Instituição filantrópica e então comparece a um Ofício de Notas para que seja lavrada a Escritura Pública de Doação. Ocorre que o estrangeiro não conhece a língua portuguesa. Diante de tal fato o tabelião:
- (A) poderá lavrar normalmente a escritura, porque tem fé pública
  - (B) não lavrará a escritura, porque desconhece o idioma do doador
  - (C) poderá lavrar a escritura, desde que uma pessoa capaz e de confiança do estrangeiro assine em seu lugar, a seu rogo
  - (D) se não houver tradutor público na cidade e não souber o idioma em que se expressa o estrangeiro, somente poderá lavrar a escritura de doação se for auxiliado por outra pessoa, que, a seu juízo, seja capaz, idônea e tenha conhecimento suficiente para servir de intérprete
  - (E) poderá lavrar a escritura desde que perceba que o doador, através de gestos compreende os fatos que estão ocorrendo e o que está assinando
- 88.** O imóvel que não estiver matriculado ou registrado em nome do outorgante, obriga a exigência:
- (A) do registro do título anterior
  - (B) da realização de prévia matrícula
  - (C) o título pode ser registrado tal como apresentado
  - (D) o título será registrado no Livro “3”
  - (E) o título será protocolado no Livro “1”
- 89.** A declaração de indisponibilidade de bens deve ser pelo Oficial:
- (A) registrada no Livro do “Registro Auxiliar”
  - (B) registrada no “Registro Geral” – Livro 2 de lote
  - (C) averbada à margem do registro geral
  - (D) averbada à margem da matrícula do imóvel
  - (E) inserida na pasta dos documentos arquivados em cartório



90. Emancipação do menor de 16 anos por ato cartorário:

- (A) a emancipação só pode ser lavrada no cartório em que foi proferida sentença transitada em julgado
- (B) só pode ser lavrada a escritura pelo tabelião, pois o ato é dele privativo
- (C) depende de autorização expressa do pupilo
- (D) não pode ser lavrada a escritura
- (E) depende de autorização do Juiz competente

91. Em relação às disposições testamentárias pode-se afirmar que:

- (A) é nula quando institua herdeiro ou legatário sob a condição captatória de que este disponha, também por testamento, em benefício do testador, ou de terceiro
- (B) é anulável quando se refira a pessoa incerta, cuja identidade não se possa averiguar
- (C) é válida mesmo quando favoreça a pessoa incerta, cometendo a determinação de sua identidade a terceiro
- (D) é válida mesmo quando deixa a arbítrio do herdeiro, ou de outrem, a fixação do valor do legado
- (E) é anulável quando favoreça as testemunhas do testamento

92. O protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado:

- (A) depois do vencimento da obrigação
- (B) antes ou depois do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução
- (C) depois do vencimento da obrigação independentemente do decurso do prazo legal para a devolução

- (D)** antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução
- (E)** antes do vencimento da obrigação independentemente do decurso do prazo legal para a devolução

**93.** O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, e, desde que registrado no registro próprio, produz efeitos:

- (A)** a partir da data de sua celebração
- (B)** a partir da data do registro
- (C)** a partir da data da habilitação
- (D)** 30 (trinta) dias após a celebração, se registrado
- (E)** 30 (trinta) dias após o registro, se realizado em local diverso da sede da Circunscrição

**94.** A eficácia da habilitação para o casamento será:

- (A)** de trinta dias, a contar da data em que foi extraído o certificado
- (B)** de quarenta e cinco dias, a contar da data em que foi extraído o certificado
- (C)** de sessenta dias, a contar da data em que foi extraído o certificado
- (D)** de noventa dias, a contar da data em que foi extraído o certificado
- (E)** de cento e vinte dias, a contar da data em que foi extraído o certificado

**95.** Na hipótese de solicitação de gratuidade firmada pela parte em documento que afirma sua hipossuficiência, o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais:

- (A)** não pode suscitar dúvida quanto ao benefício
- (B)** pode suscitar dúvida quanto ao benefício no prazo de 72 (setenta e duas) horas em petição fundamentada dirigida ao Juiz competente
- (C)** pode suscitar dúvida quanto ao benefício exigindo da parte a comprovação da miserabilidade
- (D)** pode suscitar dúvida quanto ao benefício no prazo de 72 (setenta e duas) horas em petição fundamentada dirigida ao Ministério Público e após, ao Juiz competente

(E) deve devolver a solicitação instruindo o requerente a procurar a Defensoria Pública para que proceda diligências sobre a hipossuficiência declarada

96. A correção de erros de grafia no Registro Civil das Pessoas Naturais poderá ser processada no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, ou procurador, independentemente de pagamento de selos e taxa, cabendo ao Oficial:

- (A) submeter a questão, com os documentos que a instruírem, ao órgão do Ministério Público, e após, encaminhar os autos conclusos ao Juiz togado da Circunscrição para decisão
- (B) dar parecer sobre a questão, encaminhando os autos ao Juiz togado que homologará ou não a manifestação do Oficial
- (C) submeter a questão ao Juiz de Paz do cartório
- (D) efetuar a correção, se existente o erro, e comunicar ao Ministério Público e ao Juiz togado para ciência
- (E) enviar o procedimento para a Vara de Registros Públicos

97. Se o domicílio do vendedor não coincidir com o local da situação do imóvel objeto da escritura a(s) certidão(ões) relativa(s) à distribuição de feitos ajuizados será fornecida pelos cartórios distribuidores:

- (A) somente da situação do imóvel
- (B) somente do domicílio do vendedor
- (C) de ambas as Comarcas
- (D) não é exigida certidão fiscal neste caso
- (E) nenhuma das alternativas acima

98. Assinale a alternativa **incorreta**:

1. Sendo um negócio jurídico unilateral e personalíssimo, o testamento deve necessariamente ser singular, não se admitindo que haja manifestação de vontade conjunta, exceto entre cônjuges
2. É requisito essencial do testamento público ser escrito por tabelião ou por seu substituto legal.
3. O indivíduo inteiramente surdo, sabendo ler, lerá seu testamento, presentes as testemunhas.

4. Também é requisito essencial do testamento público, ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo.
5. São testamentos especiais: o marítimo, o aeronáutico e o cerrado.

- (A) 1 e 5
- (B) 2 e 4
- (C) 3 e 5
- (D) 1 e 4
- (E) 2 e 3

99. Compete ao Tabelião de Protestos registrar o protesto, contados da protocolização do título ou documento de dívida no prazo de:

- (A) 10 dias úteis
- (B) 15 dias úteis
- (C) 3 dias úteis
- (D) 5 dias úteis
- (E) 2 dias úteis

100. O prazo de arquivamento para livros de protocolo e para os livros de registros de protesto e respectivos títulos, são, respectivamente:

- (A) 5 anos e 10 anos.
- (B) 5 anos e 5 anos.
- (C) 3 anos e 10 anos.
- (D) 10 anos e 10 anos.
- (E) 3 anos e 5 anos.